



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Deputados e senadores defendem quebra de sigilo de Alexandre Silveira em possível CPMI da Vale

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL



Ministro Alexandre Silveira (PSD)

■ Deputados e senadores que articulam a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar a atuação do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), na sucessão do conselho de administração da Vale já defendem, nos bastidores, a quebra dos sigilos do ministro. A medida é vista por parlamentares como uma das primeiras diligências da comissão, caso ela seja instalada.

■ Segundo relatos obtidos pela coluna, integrantes do Congresso querem verificar se Silveira recebeu algum tipo de vantagem de empresas ligadas ao

setor de mineração e energia durante sua atuação à frente da pasta. Até o momento, porém, não há acusação formal ou prova pública de irregularidade.

■ A criação da CPMI vem sendo articulada pelos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União), e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos), que já iniciaram conversas com líderes partidários para viabilizar a instalação da comissão após o recesso legislativo.

■ A movimentação ocorre após relatos de integrantes do conselho da Vale que demonstraram insatisfação com supostas tentativas de interlocução do ministro durante o processo de escolha da nova presidência do colegiado.

Pesquisa Indexa mostra eleitor dividido sobre responsabilidade de Lula e Flávio por tarifaço dos EUA

■ A crise comercial entre Brasil e Estados Unidos divide a opinião dos brasileiros sobre quem é o principal responsável pelo agravamento das tensões entre os dois países. O levantamento nacional da Indexa Pesquisas mostra que 30% dos entrevistados atribuem a responsabilidade ao senador Flávio Bolsonaro (PL), enquanto 28% apontam o presidente Lula (PT).

■ O estudo foi divulgado nesta terça-feira (21/7). Outros 17% responsabilizam o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, 12% afirmam que os três compartilham igualmente a responsabilidade e 13% disseram não saber ou preferiram não responder.

■ A pesquisa também avaliou como os brasileiros enxergam a atuação de Lula diante do impasse comercial. Para 36% dos entrevistados, o presidente tem agido corretamente na defesa dos interesses do Brasil. Já 31% consideram que sua postura é inadequada, enquanto 10% afirmam que ela não foi nem correta nem incorreta. Outros 23% não souberam opinar.

■ Outro ponto do levantamen-

to trata da participação de Flávio Bolsonaro em uma audiência pública realizada nos Estados Unidos sobre a investigação conduzida com base na Seção 301 da legislação comercial norte-americana, que pode resultar na imposição de tarifas sobre produtos brasileiros.

■ Segundo a pesquisa, 32% dos entrevistados acreditam que o principal objetivo do senador foi enfraquecer politicamente o governo Lula. Outros 15% entendem que a iniciativa buscou fortalecer uma eventual candidatura presidencial de Flávio em 2026.

■ Já 13% afirmam que o senador participou da audiência para defender os interesses do Brasil. Outros 9% apontaram diferentes motivações, enquanto 31% disseram não saber ou preferiram não responder.

■ O levantamento também perguntou quem tende a se beneficiar politicamente do episódio. Para 33% dos entrevistados, a crise não favorece nem Lula nem Flávio Bolsonaro. Entre os que identificam algum beneficiado, 25% acreditam que o presidente leva vanta-

gem política, enquanto 18% apontam o senador. Outros 24% não responderam.

■ Para o CEO da Indexa Pesquisas, Arilton Freres, os dados mostram que a política externa passou a ser interpretada pelos brasileiros sob a lógica da polarização política interna.

■ “A pesquisa revela que um tema tradicionalmente associado às relações internacionais passou a ser interpretado pelos eleitores a partir da polarização política nacional. Não há um responsável amplamente reconhecido pela crise comercial, e isso demonstra que os brasileiros avaliam acontecimentos externos também pelo filtro das disputas internas entre governo e oposição”, afirmou.

■ Metodologia: A pesquisa da Indexa Pesquisas foi realizada entre os dias 16 e 19 de julho de 2026, com 2.000 entrevistas em todas as regiões do país. O levantamento tem nível de confiança de 95% e margem de erro de 2,2 pontos percentuais, para mais ou para menos. O estudo está registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-02904/2026.

Trump classifica políticas do Brasil como “irracionais ou discriminatórias” ao impor novas tarifas

■ O governo dos Estados Unidos afirmou que determinadas políticas e práticas adotadas pelo Brasil são “irracionais ou discriminatórias” e restringem o comércio americano. A avaliação consta no memorando presidencial, assinado por Donald Trump, que oficializa a imposição de uma tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros.

■ Segundo o documento obtido pela coluna, a investigação concluiu que “atos, políticas e práticas brasileiras relacionados ao comércio digital e serviços de pagamento eletrônico, tarifas consideradas preferenciais, combate à corrupção, proteção da propriedade intelectual, acesso ao mercado de etanol e desmatamento ilegal” são passíveis de sanções comerciais por representarem um ônus ou uma restrição ao comércio dos Estados Unidos.

■ O memorando afirma ainda que o Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR) manteve consultas com o governo brasileiro para buscar a eliminação dessas práticas. No entanto, concluiu que as negociações não resolveram as preocupações norte-americanas, levando à adoção das tarifas.

■ “Em 1º de junho de 2026, o Representante de Comércio concluiu que determina-



Governo de Donald Trump confirmou tarifa de 25% sobre produtos brasileiros

dos atos, políticas e práticas do Brasil nessas áreas são irracionais ou discriminatórios e impõem ônus ou restringem o comércio dos Estados Unidos, sendo, portanto, passíveis de medidas com base na Seção 30”, diz trecho do documento.

■ As exceções abrangem centenas de produtos considerados estratégicos para a economia americana, como aeronaves civis e peças, medicamentos, semicondutores, aço, alumínio, cobre, veículos, madeira e diversas commodities. Segundo o memorando, esses itens foram poupados para evitar desabastecimento, impactos econômicos relevantes ou porque sua taxaço não contribuiria de forma significativa para eliminar as práticas atribuídas ao Brasil.

■ As novas tarifas passam a valer para mercadorias que ingressarem nos Estados Unidos a partir desta quarta-feira (22/7), com uma regra de transição para cargas que já estavam em trânsito.

Chefe de gabinete de Lula deixa o Planalto para atuar na campanha

■ O presidente Lula exonerou, a pedido, Marco Aurélio Santana Ribeiro do cargo de chefe do Gabinete Pessoal da Presidência da República. O decreto foi assinado nesta terça-feira (21/7).

■ Conhecido como Marcola nos bastidores do Palácio do Planalto, Marco Aurélio deixou o governo para integrar a campanha à reeleição de Lula.

■ Ele voltará a atuar ao lado de Gilberto Carvalho, ex-chefe de gabinete da Presi-

dência nos primeiros mandatos do petista. Carvalho acompanhará Lula nas agendas pelos estados, enquanto Marcola ficará em Brasília, responsável pela parte estratégica da agenda do presidente.

■ Considerado um homem de confiança de Lula, Marco Aurélio também trabalhou como assessor parlamentar do atual presidente do PT, Edinho Silva, quando ele ainda era deputado estadual em São Paulo, no ano de 2014.

DANIEL TOROK/THE WHITE HOUSE